

Universidade do Estado da Bahia – UNEB

2948/2012– O Reitor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, com fundamento no Artigo 267 da Lei Estadual nº 6677/94, da Lei nº 8889/2003 e da Lei 11.375/2009, considerando ainda o que consta no processo 0200100143754, autorizado pelo Excelentíssimo Governador do Estado, extrato publicado no Diário Oficial de 21.04.2010, e conforme o dispositivo que consta no Edital nº 022/2010, publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia em 16.04.2010 e republicado por ter saído com incorreções em 23.04.2010, destinado ao provimento de cargos pertencentes ao Plano de Carreira de Analista Universitário e Técnico Universitário, observadas as classificações constantes na homologação de resultados conforme Portaria nº 1517/2010, publicada no DOE em 30.06.2010 com retificação publicada no DOE em 02.07.2010 e em 15.04.2011, **RESOLVE NOMEAR: LILIA MARIA CARVALHO MATTOS**, RG nº 1282431, 7ª classificada, para exercer o Cargo de Analista Universitário/Bacharel em Economia, na Administração Central/Pró-Reitoria de Planejamento.

2949/2012– IDEM para **EVERALDO SOUZA ANJOS**, RG nº 925396966, 3º classificado, para exercer o Cargo de Analista Universitário/Graduação em Pedagogia, no Departamento de Educação, Campus XI /Serrinha.

2950/2012- IDEM para **FABIO DE SOUZA CORNELIO**, RG nº 2459111, 9º classificado, para exercer o Cargo de Técnico Universitário, no Departamento de Educação, Campus VIII/Paulo Afonso

2951/2012- IDEM para **ARIEL CERQUEIRA RAMOS**, RG nº 1412293731, 8º classificado, para exercer o Cargo de Técnico Universitário, no Departamento de Educação, Campus XIV/Conceição do Coité.

Os candidatos acima nomeados deverão comparecer para tomar posse no prazo de 30(trinta) dias, a partir da data desta publicação, observadas no que couberem, as diretrizes da Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PGDP) e, o que determina a Lei 6677/94, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civil do Estado da Bahia, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais. O não atendimento às normas contidas nesses documentos implicará em desistência da vaga ao cargo para qual foi aprovado, tornando sem efeito a portaria de nomeação legal, com base nos artigos 16 e 20 da Lei 6677/94.